

MUDANÇAS SOCIAIS NA FAMÍLIA ATUAL.

RAIMUNDO DA SILVA MESQUITA

RESUMO

Analisa-se o processo de racionalização característico da sociedade moderna e a crise da razão iluminista. Com a desconstrução do passado são abandonadas promessas de felicidade, consideradas destituídas de credibilidade: as possibilidades de satisfação se concentram no presente, na sucessão das modas. O império do efêmero (Lipovetsky) libera o indivíduo do peso de sistemas de significado que exigiam dedicação e sacrifício. A colonização do mundo-da-vida por parte do mercado traz como consequência a banalização da existência (Arendt). Configura-se uma mutação antropológica, iniciada pela ruptura do entrelaçamento entre amor, sexualidade e procriação. Apontam-se mudanças na família: o valor da igualdade no cotidiano, originando formas mais democráticas de partilhar tarefas e responsabilidades; a exigência de satisfação no presente questiona o ideal de sacrifício da pessoa pelo bem da família. Na pluralidade de opções, os indivíduos movem-se entre a sedução do mercado e a autonomia da liberdade. Nesse contexto, desenvolvem-se as políticas familiares.

Palavras-Chave: mudança social; família; história social da família.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade moderna caracteriza-se por mudanças de grande porte nos campos da economia, da política e da cultura, com repercussões significativas em todos os aspectos da existência pessoal e social. Estas mudanças assumem, no Brasil, um ritmo particularmente acelerado nos maiores centros urbanos.

Trata-se de mudanças profundas e permanentes, que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até a socialização das novas gerações, ao universo de valores e critérios que orientam a conduta no cotidiano.

Essas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutem significativamente na vida familiar, desde a concepção de masculinidade e feminilidade e a forma de compreender a sexualidade e a relação entre os sexos, até a maternidade e a paternidade, a relação entre as gerações, principalmente no tocante à atividade educativa e de socialização.

O presente estudo visa aprofundar o conhecimento de alguns aspectos da mudança social e cultural que caracterizam a sociedade moderna, considerados relevantes pelas repercussões que produzem no conjunto da sociedade brasileira e, particularmente, nas relações familiares, com o objetivo de identificar os vetores mais significativos dessas mudanças, para compreender suas

origens, as dinâmicas de desenvolvimento, as conseqüências e implicações em diversos aspectos da existência, de forma a ampliar o espaço da liberdade com a qual os cidadãos podem orientar suas escolhas e formar seus juízos, agindo como sujeitos da própria história, a partir de uma consciência informada, reduzindo a percepção de confusão e de turbilhão (Berman, 1988) que ameaça arrastá-los.

2. O PROCESSO DE RACIONALIZAÇÃO

O fenômeno que mais profundamente identifica a modernidade é o processo de racionalização, vislumbrado por Descartes, promovido pelo Iluminismo e consolidado durante o século seguinte, o século de Comte e de Marx, mas também o século de grandes descobertas científicas e realizações tecnológicas. Basta pensar na abertura do Canal de Suez e na construção da Torre Eiffel, como símbolos de uma época que apostava tudo no poder da racionalidade, aplicada à solução de problemas práticos e técnicos, para melhorar as condições materiais da existência.

Durante séculos, a racionalidade tinha permanecido como monopólio de filósofos e teólogos que procuravam responder às grandes questões relativas à origem e ao destino último, bem como à arte de bem viver (a ética) e de bem governar (a política), enquanto a atividade produtiva e as outras esferas das atividades práticas permaneciam quase sem mudança, até o momento em que, depois de Leonardo, Galileu, Descartes, Newton, para citar somente alguns ilustres cientistas, foram descobertas conexões entre os mecanismos da racionalidade de tipo matemático e o comportamento da natureza.

A razão, que tinha sido exaltada, durante a revolução francesa, como a divindade capaz de inaugurar novos tempos, passou a ser sistematicamente aplicada com um fervor quase religioso aos diversos aspectos da realidade.

Quando a máquina a vapor realizou o primeiro movimento mecânico que revolucionaria o modo de organizar a produção industrial, com a estruturação da empresa capitalista, pareceu que uma nova era estava despontando, semelhante à que fora inaugurada quando Prometeu roubou o fogo aos deuses e o entregou aos homens, dando início, assim, ao processo civilizatório. Não faltaram, depois disso, empreendimentos científicos e técnicos, de grande envergadura, que faziam pensar a história humana como habitada por gigantes. Estes, sim, finalmente seriam capazes de trazer felicidade e paz sobre a terra.

De fato, especialmente na primeira etapa do processo de racionalização, a sociedade moderna mostra as suas conotações mais positivas, apresentando-se como uma formação social que

multiplica sua capacidade produtiva, pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos humanos e materiais, graças ao desenvolvimento técnico e científico, de modo que as necessidades humanas possam ser respondidas da forma mais satisfatória possível e ao uso mais rigoroso e sistemático da racionalidade. Problemas que antes pareciam insolúveis são resolvidos, enquanto são criados artefatos que proporcionam benefícios antes impensáveis.

Além disso, o período moderno caracteriza-se pela forma participativa das tomadas de decisão na vida social, valorizando o método democrático, a igualdade de direitos e de oportunidades e a liberdade de expressão e de agregação. A liberdade, entendida como autonomia do sujeito, finalmente saído da menoridade, foi o ideal formulado por Kant, que mais intensamente influenciou a modernidade nas suas diversas etapas.

O objetivo da sociedade moderna é oferecer uma condição digna de vida, na qual cada um possa realizar as diversas dimensões de sua personalidade, abandonando as restrições impostas pela menoridade, as constringências de autoridade externas e ingressando na plenitude expressiva da própria subjetividade.

Nesse sentido, a sociedade moderna acolhe e valoriza um pluralismo religioso, ético e cultural, é a sociedade da liberdade individual tanto quanto da racionalidade e da tecnologia.

A paz preservada com raríssimas e pouco significativas exceções, por um século, de 1814 a 1914, possibilitou a expansão das finanças e do mercado capitalista e parecia confirmar a expectativa de um crescimento socioeconômico e político linear e indefinido, como é descrito por Polanyi (2000).

Tratava-se apenas de vencer a ignorância através da educação e de eliminar as superstições que mantinham as pessoas amarradas a tradições estéreis.

Um eco da grandiosidade das visões e das expectativas geradas nesse período e, ao mesmo tempo, do drama que se vinha delineando, pode ser reconhecido no Fausto de Goethe. Planos audaciosos são executados com trabalho febril e todos os obstáculos são removidos para alcançar os objetivos propostos. O que, no entanto, de início tinha o aspecto de uma esperada libertação, começa a mostrar seu rosto de opressão, de violência e de sangue.

O processo de racionalização está presente no cotidiano através de “sistemas peritos”, isto é, de “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Giddens, 1991, p. 35).

Estes ambientes transformam-se pela presença de instrumentos que tornaram a existência mais confortável e menos sacrificada. Os artefatos, frutos inesperados da criatividade técnica,

afirmam-se como sedutores, por causa da utilidade e da novidade que apresentam, inaugurando outras características da modernidade.

Max Weber reconheceu o processo de racionalização como o fenômeno mais significativo da sociedade moderna, processo que foi absorvendo todas as esferas do agir humano, passando a ter uma particular relevância na estruturação da empresa capitalista e na organização da moderna burocracia estatal (Weber, 1980). Weber, apesar da admiração pela capacidade da razão de calcular e de mover-se para realizar fins determinados, alertava a respeito da jaula de aço que essa nova etapa histórica estava preparando para o ser humano (Weber, 1965).

Apesar de todo o cuidado para manter-se distante de juízos de valor e de fé, não resiste à tentação de manifestar, com tons proféticos, o seu julgamento:

“Então, de qualquer forma, para os últimos homens desta evolução da civilização poderá ser verdadeira a palavra: ‘Especialistas sem inteligência, gozadores sem coração: este nada imagina ter subido a um grau de civilização jamais antes alcançado’” (Weber, 1965, p. 306).

Anteriormente, já Marx e Engels falaram com acentos de admiração e de entusiasmo das novas possibilidades técnicas e produtivas, ao mesmo tempo em que denunciavam a exploração e a opressão da classe trabalhadora por parte da emergente burguesia industrial (Marx e Engels, 1998).

Uma terra de igualdade e de justiça ainda deveria ser conquistada e o esforço para analisar a sociedade com o rigor da ciência parecia a tarefa indispensável para alcançar esse objetivo.

Anthony Giddens (1991, p. 16) faz uma reflexão semelhante, quando afirma: “a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual”. A razão não deve superar somente a ignorância e a superstição, consideradas legados do passado, mas deve desvendar os males que se escondem nas relações sociais modernamente construídas.

A cultura tradicional é rejeitada e destinada a ser suplantada pela nova ordem, mas esta não parece isenta de injustiças e violências até maiores que as antigas.

Afirma Giddens (1991, p.17): “Na esteira da ascensão do fascismo, do Holocausto, do stalinismo e de outros episódios da história do século XX, podemos ver que a possibilidade de totalitarismo é contida dentro dos parâmetros da modernidade ao invés de ser por eles excluída”.

3. INDIVIDUALISMO, FRAGMENTAÇÃO E PLURALISMO

A glorificação do presente e das satisfações que o mercado pode oferecer, ainda que efêmeras e frívolas, vai reformando a cultura da solidariedade e faz emergir um acentuado individualismo.

“A moda consumada tem como tendência a indiferença pelo bem público, a propensão a ‘cada um por si’, [...] a ascensão dos particularismos e dos interesses corporativistas, a desagregação do senso do dever ou da dívida em relação ao conglomerado coletivo” (Lipovetsky, 1989, p. 177).

O individualismo moderno, alimentado pela sedução do novo, segundo os modelos oferecidos pela moda, promoveu uma ética lúdica e consumista, que foi abandonando não somente os valores das tradições religiosas, mas qualquer sistema de significado que exigisse disciplina, rigor, sacrifício, fidelidade aos compromissos assumidos, para perseguir as metas propostas. A afirmação de um estilo de vida independente, autônomo, caracterizado por escolhas livres, deu origem a um indivíduo instável, de convicções voláteis e compromissos fluidos. Por isso, o indivíduo moderno não pode conviver com disciplinas e enquadramentos, com a obediência a prescrições antigas. A cultura do efêmero não tem alguma pretensão de mudar a sociedade ou as pessoas, de organizar o futuro. Apenas quer utilizar, de maneira pragmática, os gostos por bem-estar, novidades, satisfações materiais.

“Os sistemas ideológicos pesados não cessam de perder autoridade”, afirma Lipovetsky (1989, p. 26), configurando-se uma desafeição pelos sistemas de sentido.

Na realidade, essas observações descrevem uma parte, apenas, da cultura contemporânea, ainda que seja a que mais chama a atenção e a que delinea a tendência dominante no conjunto da sociedade atual. Um tal tipo de individualismo tornou-se mais efetivo naquelas circunstâncias nas quais a organização social da existência não exige comportamentos disciplinados segundo padrões de eficiência rigorosamente controlados, isto é, no espaço de lazer, no tempo das férias e em atividades que não requerem uma especial responsabilidade.

Com efeito, o ambiente da produção industrial, os centros de pesquisa, as instituições financeiras e toda a área de serviços caracterizam-se por uma disciplina de horários, de ritmos de trabalho, de qualidade da produção, de eficiência, que não deixam brechas para o “império do efêmero”, exaltado por Lipovetsky. Nesses ambientes, apesar de serem cultivados sonhos de autonomia e momentos de evasão “virtual”, são reduzidos os espaços de flexibilidade e de livre escolha. O mundo do trabalho exerce uma pressão sobre seus funcionários, percebida, muitas vezes,

como sufocante. É nos momentos de lazer e nas férias que as pessoas procuram expressar a liberdade e a autonomia que lhes são vedadas no trabalho.

No entanto, uma grande parte da juventude do primeiro mundo e parcela significativa da classe média dos países emergentes prolongam seu período de permanência na escola, até os 25-30 anos, relativamente livres de responsabilidades, recebendo apoio logístico da família de origem. Eles estão mais disponíveis para a cultura do efêmero.

Em situação semelhante encontram-se algumas categorias de profissionais liberais e os que, por outras razões, estão à margem do sistema produtivo, da necessidade de prestar conta detalhadamente de cada movimento.

A antiga querelle des anciens et de modernes é ainda hoje, muitas vezes, reeditada para condenar a modernidade ou para legitimar suas realizações, podendo-se encontrar interpretações catastróficas, apresentadas com linguagem apocalíptica, ou uma compreensão entusiasta e ingenuamente otimista. Na realidade, essas posturas aparecem como inadequadas, pois não dão conta da complexidade segundo a qual a cultura e a sociedade moderna se configuram.

As conquistas científicas e técnicas, bem como os maiores níveis de liberdade, de conforto, de qualidade e de expectativas de vida não eliminam as contradições da existência, o drama da liberdade. Por isso, no cenário da sociedade atual, convivem simultaneamente fenômenos diferenciados, contraditórios entre si e ambivalentes.

Posturas entusiasmadas com as possibilidades do progresso científico e técnico se projetam com empenho voluntarista para um futuro feliz. Simultaneamente, pode ser encontrada uma vertiginosa e inebriante devoção ao presente e aos prazeres que é capaz de oferecer, livre de preocupações e de responsabilidades com o futuro, enquanto posturas niilistas negam qualquer condição de vida que mereça dedicação e sacrifício. Não falta quem tenta resgatar do esquecimento e do abandono as raízes culturais e suas identidades, incluindo preocupações com possíveis catástrofes ambientais e sociais.

Uma simultânea convivência de posições contrastantes verifica-se na sociedade, inclusive no interior das famílias e dos diversos grupos, mas, até mesmo nos indivíduos podem-se encontrar fragmentos contraditórios e heterogêneos de consciência. E, além disso, uma massa de jovens na periferia do mundo globalizado debate-se entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida para vencer sua condição de pobreza e de exclusão social. Em todos os níveis da convivência social, verifica-se a fragmentação, uma fluidez da realidade, de modo que “tudo o que é sólido desmancha no ar”, segundo a bela frase de Marx retomada por Berman (1988).

O que importa é que o indivíduo seja ele próprio, e tudo e todos tenham direito de cidade e a serem socialmente reconhecidos, sendo que nada deve doravante impor-se imperativa e duradouramente, e todas as opções, todos os níveis, podem coabitar sem contração nem relegação (Lipovetsky, 1989, p. 12).

Ainda se espera que a ciência resolva muitos problemas, especialmente os relativos à saúde, mas o futuro mostra-se problemático, inquietante, cheio de incertezas e de riscos. Neste ambiente de fragmentação, emergem as mais diferentes tentativas de resposta à aflição e ao vazio, dando origem ao pluralismo cultural, religioso e ético, que se configura como um conjunto de ofertas à disposição dos indivíduos. Estes, de acordo com suas preferências, procuram fazer uma composição de elementos mais ou menos coerentes e homogêneos para organizar a existência dentro de um horizonte de significado. Não desaparece o culto do presente, mas se conjuga com preocupações éticas: “É incontornável a questão sobre os limites do nosso poder tecnocientífico.

Até onde ir? Que se pode ou não se pode fazer? O questionamento ético surge como uma necessidade de limites e de proteção para o homem diante da tecnociência e da autonomia individualista” (Lipovetsky, 2004a, p. 32).

A cultura contemporânea procura assimilar esta fragmentação, valorizando os aspectos positivos do pluralismo cultural, ético e religioso, reconhecendo sua conveniência para a realização da liberdade individual e para a consolidação da democracia social.

O mercado vitorioso abre espaço a uma pós-modernidade na qual a lógica do capitalismo globalizado mostra seus lados sombrios, com a redução dos quadros funcionais nas empresas e nas administrações públicas, com a ameaça de desemprego, com as exigências de competitividade, de qualidade e de dedicação ao trabalho que absorvem as melhores energias das pessoas, com violências e guerras que mal encobrem com o ideal das liberdades democráticas interesses menos elevados.

“A sensação de insegurança invadiu os espíritos: a saúde se impõe como obsessão das massas, o terrorismo, as catástrofes, as epidemias são regularmente notícias de primeira página” (Lipovetsky, 2004, p.64).

Este novo cenário não dispõe mais das utopias que já foram desconstruídas. A vida aparece como estressante e apreensiva, prevalecem as preocupações com a segurança, com a proteção, com a defesa das conquistas sociais, com a ecologia.

Ainda se espera que a ciência resolva muitos problemas, especialmente os relativos à saúde, mas o futuro mostra-se problemático, inquietante, cheio de incertezas e de riscos. Neste ambiente de fragmentação, emergem as mais diferentes tentativas de resposta à aflição e ao vazio, dando origem

ao pluralismo cultural, religioso e ético, que se configura como um conjunto de ofertas a disposição dos indivíduos. Estes, de acordo com suas preferências, procuram fazer uma composição de elementos mais ou menos coerentes e homogêneos para organizar a existência dentro de um horizonte de significado.

4. MUDANÇAS FAMILIARES

A família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto e erro.

A família contemporânea caracteriza-se por uma grande variedade de formas que documentam a inadequação dos diversos modelos da tradição para compreender os grupos familiares da atualidade (Saraceno, 1997).

A família patriarcal, estudada por Freyre (1992), que se afirmou no contexto da cultura rural, entrou em colapso há tempo.

Os modelos de comportamento que regulamentavam as relações entre os sexos e as relações de parentesco foram abandonados, ainda que, em algumas regiões e nas classes sociais menos escolarizadas e menos expostas à influência da cultura atual, possam ser reconhecidas sobrevivências de valores e de comportamentos passados que, no entanto, não gozam mais de legitimidade social, sendo reduzida a possibilidade que se reproduzam nas novas gerações.

A família emerge como “o local para as lutas entre a tradição e a modernidade, mas também uma metáfora para elas” (Giddens, 2000, p. 63).

Manuel Castells, no seu trabalho sobre o poder das identidades, dedica um longo capítulo à crise do patriarcado, entendido como “enfraquecimento de um modelo de família baseado no estável exercício da autoridade/domínio do homem adulto, seu chefe, sobre a família inteira.”

Em seguida, ele observa que “a crise do patriarcado, induzida pela interação entre capitalismo informatizado e movimentos sociais pela identidade feminista e sexual, manifesta-se na crescente variedade de modos nos quais as pessoas escolhem conviver e criar as crianças” (Castells, 2003, p. 241).

O valor da igualdade foi progressivamente assimilado ao cotidiano da convivência familiar, dando origem a formas mais democráticas e igualitárias de partilhar tarefas e responsabilidades entre marido e mulher. São abandonados os modelos tradicionais que atribuíam o

primado ao marido, reservando para as mulheres tarefas prevalentemente domésticas, mas não emergem novos modelos familiares que tenham uma validade universalmente reconhecida e aceita.

A exigência de satisfação no presente colocou em questão o ideal do sacrifício individual para o bem da família. O limite da disponibilidade individual ao sacrifício para o bem do outro ficou mais baixo, sendo mais rapidamente alcançado o ponto de saturação no relacionamento conjugal. A independência econômica dos cônjuges configura uma responsabilidade familiar mais compartilhada e uma posição social igualitária e, ao mesmo tempo, facilita a ruptura do vínculo familiar, quando a convivência não é mais fonte de satisfação e de prazer.

As mudanças atingem simultaneamente os aspectos institucionais da realidade familiar bem como as identidades pessoais e as relações mais íntimas entre os membros da família. Nesse sentido, Castells observa que “ao nível dos valores sociais, a sexualidade torna-se uma necessidade pessoal que não deve necessariamente ser canalizada e institucionalizada para o interior da família” (2003, p. 261).

Por outro lado, a possibilidade de gerar filhos sem o concurso da relação sexual “abre horizontes inteiramente novos à experimentação social”, dissociando-se, dessa maneira, a reprodução da espécie das funções sociais e pessoais da família (2003, p. 262).

Os aspectos “objetivos” da convivência familiar cedem o passo a aspectos “subjetivos”, por definição mais instáveis e flutuantes, decorrentes do dinamismo que as relações familiares assumem no mundo moderno. Verifica-se uma desinstitucionalização da família, no sentido de considerá-la como uma realidade privada, relevante apenas para o percurso existencial dos próprios membros.

Prevalece a legitimação da família como grupo social expressivo de afetos, emoções e sentimentos, diminuindo o seu significado público. Reduz-se, assim, a importância da família como instituição, assentada na dimensão jurídica dos vínculos familiares.

Aumentam as separações e os divórcios, os jovens casam mais tarde, em comparação a duas décadas atrás, diminui também significativamente o número dos casamentos, aumenta o número de famílias reconstituídas, as uniões de fato, as famílias monoparentais e as chefiadas por mulheres (Berquó, 1998). As tarefas educativas e de socialização são cada vez mais compartilhadas com outras agências, públicas ou privadas (Goldani, 1994).

As mudanças são de tal magnitude e influenciam de tal maneira a família que esta parecia desaparecer. É dos anos 70 o livro de Cooper (1994), que anunciava “a morte da família”.

Muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores e os critérios, os modelos de comportamento de cada membro. Influência significativa é exercida pela escola que os filhos frequentam, nas diversas etapas de seu desenvolvimento, pelo ambiente de trabalho do homem e da mulher, por outras instâncias formativas, por clubes, associações, comunidades religiosas, cursos que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito.

A família moderna vê-se permanentemente desafiada pela variação, às vezes vertiginosa, dos limites propostos, das aspirações de consumo pretendidas, das experiências perseguidas, devendo reconquistar a cada dia as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

Mudam as relações de casal e as entre pais e filhos (Féres-Carneiro, 1999; 2003). A paridade entre o homem e a mulher, juridicamente consolidada, começa a ter crescente relevância nas relações familiares, ainda que com diversidades apreciáveis em função da escolaridade e da classe social do casal.

A família, nas diversas modalidades que assumiu na história, caracteriza-se pelo modo específico de viver a diferença de gênero que, nesse âmbito, implica, via de regra, a sexualidade e a procriação e, portanto, as relações entre as gerações e o parentesco. “A família, afirma Donati, é aquela relação que nasce especificamente na base do casal homem/mulher para regular suas interações e trocas de modo não casual” (1998, p. 127).

É diferente o debate a respeito do gênero, quando é referido às relações familiares ou quando é pensado fora da família. Nesta:

“duas diversidades bio-psíquicas se encontram, interagem, se compensam e entram em conflitos, se ajudam e disputam entre si, trocam muitas coisas, se redefinem uma em relação à outra, repartindo tarefas, negociando espaços de liberdade e de recíproca prestação de contas (Donati, 1998, p. 123).

Atualmente, alguns aspectos e âmbitos da vida social atenuam a diferença entre o masculino e o feminino, como efeito da luta contra as assimetrias prefixadas entre os sexos. Parecem ampliadas as margens de indeterminação, de tal modo que a definição de gênero resulta ter limites culturais imprecisos, sendo passível de interpretações subjetivas, que admitem um amplo espectro de variação. Enquanto antigos símbolos da diferenciação de gênero são desconstruídos, outras diferenciações emergem, espontaneamente, nos jogos de crianças e adolescentes, ou por indução do mercado, segundo seus interesses. É nesse sentido que, ainda Donati afirma (1998, p.135): “Não temos um código simbólico adequado para tratar o jogo das diferenças de gênero em condições de elevada complexidade”.

A igualdade entre os sexos estende-se do cotidiano familiar até o trabalho profissional e ao empenho cultural e político, com uma progressiva tendência a não identificar nenhum trabalho como tipicamente masculino ou exclusivamente feminino. Estas mudanças foram incorporadas ao código civil, que reformulou o direito de família de modo a atender às modernas exigências.

A perspectiva de realização pessoal pôs um fim à definição da mulher como rainha do lar e abriu as portas das empresas ao trabalho feminino. Isto aumentou sensivelmente os rendimentos

domésticos e as possibilidades de consumo familiar e, simultaneamente, reduziu a dedicação às tarefas domésticas e à educação dos filhos.

A inserção da mulher no mercado do trabalho oferece espaço de realização, especialmente quando entra em jogo uma específica competência e, portanto, certo protagonismo. Em alguns casos, o exercício de um trabalho remunerado, quando não corresponde a uma premente necessidade de contribuir para as despesas familiares, abre para a mulher uma relativa autonomia de consumo, orientado para necessidades dos filhos ou da casa ou para algum interesse próprio. Ela conquista um espaço de autonomia, livre das diferentes prioridades de gastos do marido, que implicariam condicionamentos e conflitos.

A mulher entrou no mundo do trabalho e no âmbito social, aproximando-se de modelos anteriormente masculinos mais de quanto o homem tenha-se envolvido com as tarefas domésticas, podendo-se notar uma menor aproximação dele aos papéis tradicionalmente femininos.

A política de baixos salários pressiona a mulher para trabalhar. Sua entrada no mercado de trabalho, que nasceu de uma reivindicação de maior liberdade, responde, às vezes, à necessidade de cobrir o orçamento familiar. A discriminação de gênero mostra-se nos salários, para a mulher quase sempre mais baixos, em paridade de funções, dos que são pagos aos homens. Dessa maneira, o sistema produtivo também se beneficia das mudanças que ocorrem na família.

O aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres indica uma crescente matrifocalidade. A mulher fica, nesses casos, com as maiores responsabilidades para sustentar e educar os filhos, devendo administrar a casa e ter, de fato, dupla jornada de trabalho. A esse respeito, Jablonski (1999, p. 64) afirma: “Essa disparidade é vivenciada pelas mulheres de forma bastante dolorosa, uma vez que há uma promessa no ar de igualdade de funções [...]”.

Um respeitável contingente de mulheres urbanas de classe média sente-se traído e iludido por estas promessas não cumpridas”.

As relações entre pais e filhos ganham respeito e flexibilidade, deixam os modelos centrados na autoridade e na disciplina, enquanto são incorporados os valores de diálogo, negociação, tolerância, o horizonte de um amplo pluralismo ético e religioso (Kaloustian, 1994). Verifica-se uma intensidade maior de dedicação e de investimento de recursos, especialmente com relação à saúde e à educação. Estes comportamentos estão associados ao número menor de filhos que o casal está disposto a criar, de acordo com um planejamento mais ou menos rigoroso. Com isso, aumenta a expectativa de gratificação emocional e afetiva dos pais em relação aos filhos (Campanini, 1989, 24).

Observa-se, nesse campo, certa diversidade de orientação e de comportamento em função da classe social, da renda familiar e da escolaridade dos cônjuges.

A família sempre foi o lugar do encontro entre diferentes gerações, a história é constituída por uma seqüência de gerações, ora prevalecendo a cooperação, ora o conflito. Nas últimas décadas, as novas gerações divergem da geração dos adultos e dos avós, quanto às metas que merecem ser perseguidas, aos valores que devem ser respeitados e aos critérios para discernir o que vale ou o que deve ser descartado. Por essas e por outras razões, as novas gerações experimentam, muitas vezes, uma distância e uma estranheza com relação aos pais e à geração mais velha em geral.

Um confronto sistemático a respeito de aspectos relevantes da existência, em geral, é recusado, sendo considerado desgastante e improdutivo, enquanto costuma ser valorizado o ambiente da afetividade familiar, mesmo sem estendê-lo a uma comparação mais empenhativa. No cotidiano, prevalecem formas de acomodação prática e o diálogo é substituído por negociações pontuais.

Os vínculos de pertença, que ligam os pais aos filhos e vice-versa, tendem, nesse ambiente, a serem mais frouxos. Os pais reclamam que o mundo ao qual os filhos se referem como “superado”, na realidade é por eles ignorado e descartado sem o receio de perder algo de interessante. A relativa freqüência de paternidade e maternidade precoces documenta a complexidade dessas relações. Nos últimos tempos, a imprensa noticiou atos de grave violência entre pais e filhos, chegando ao parricídio, ao matricídio e ao assassinato do filho por parte do velho pai, deixando entrever quão profunda e grave é a distância que foi construída entre as gerações. Por outro lado, às vezes, os adultos aderem à frivolidade das modas, segundo modelos de comportamento semelhantes aos da nova geração.

O aumento da esperança de vida faz com que se encontrem, na mesma família, três ou quatro ou até cinco gerações simultaneamente presentes. Por outro lado, os filhos tendem a permanecer na casa dos pais durante muitos anos, até terminarem os estudos e conseguirem uma situação profissional que lhes permita sair de casa e, possivelmente, construir sua própria família.

Muitas vezes retornam para a família de origem com um ou dois filhos, quando se divorciam. As relações familiares tornam-se mais delicadas quando, filhos já adultos, mas dependentes economicamente, comportam-se com uma autonomia nem sempre considerada positiva pelos pais (Donati, 1998).

No lado oposto, os filhos adultos que saem de casa, deixam os pais na necessidade de reorganizar sua convivência e as relações de amizade, para cobrir o vazio deixado pelos filhos.

Além disso, por causa da freqüência do divórcio, criam-se complexos entrelaçamentos de parentesco, em virtude das famílias reconstituídas, podendo acontecer que um divórcio venha a cortar a cadeia geracional para os avós, como no caso em que o divorciado não tem a guarda do próprio filho. Para os pais do divorciado, a experiência de ser avós modifica-se significativamente, em alguns casos, aumentando a responsabilidade com relação aos netos e, em outros, reduzindo os

contatos. Por fim, está ainda por ser adequadamente avaliado o eclipse da figura paterna em muitas famílias modernas.

Nestas últimas décadas foi crescendo a densidade, empiricamente comprovada, do alerta de Mitscherlich no início dos anos 70, segundo o qual, se caminhava para uma sociedade sem pais (1970).

4. CONCLUSÃO

Nesse ambiente de profundas mudanças que atingem a família e que continuam a suceder-se em ritmo acelerado, os contextos familiares existentes, na pluralidade de configurações historicamente observáveis, parecem ser impelidos a uma permanente reformulação dos significados vividos, das metas propostas e dos métodos para que a convivência familiar continue sendo fonte de satisfação e de esperança quanto à utilidade dos sacrifícios enfrentados.

Das mudanças observadas e brevemente descritas, algumas são irrenunciáveis, como definitivas conquistas do espírito humano, porque ampliam o espaço da liberdade, realizam relações mais igualitárias, correspondem às exigências de realização das pessoas envolvidas.

Outras mudanças correspondem a outros interesses. São muitas, então, as novas formas de organizar a intimidade. A concreta experiência humana poderá indicar, no tempo, a qualidade de cada componente deste mosaico em construção, avaliando a capacidade de responder mais ou menos adequadamente às necessidades humanas e de construir uma sociedade menos agressiva e violenta, mais justa e solidária. Com efeito, na variação de modelos familiares que se sucedem e se misturam no tempo, uma característica permanece como decisiva: a cooperação entre os sexos e entre as gerações.

Castells alerta para o fato de que as mudanças em andamento não são necessariamente uma conquista positiva, no sentido de uma melhor qualidade de vida. “Não estamos marchando triunfalmente – afirma ele – rumo à nossa libertação, e caso fossemos persuadidos do contrário, melhor seria considerar onde estes luminosos caminhos acabam por nos conduzir” (2003, p. 264).

E, juntamente com a possibilidade de retrocessos na fruição das liberdades já conquistadas, pela reação de movimentos e de interesses contrários, indica um obscuro horizonte de convulsão social, quando afirma que o fim da família patriarcal e da mediação realizada pela família entre a dimensão pública e privada abre o caminho à expressão do desejo na forma de uma violência não-instrumental. “Ainda que este desenvolvimento possa parecer libertador, a crise da família patriarcal de fato está cedendo o passo [...] a um transbordar na sociedade de uma violência insensata, através dos meandros do desejo mais selvagem, ou seja, da perversão” (Castells, 2003, p. 263).

Diante desse contexto, a sociedade civil começa a organizar-se para encontrar respostas aos desafios enfrentados. Multiplicam-se os estudos que documentam como a família gera e administra um capital humano de extraordinária importância, os bens relacionais (Donati, 1998). São criados, no mundo inteiro, centros de pesquisa em família, a terapia familiar tornou-se uma nova profissão, são elaboradas políticas públicas, para que a família tenha uma liberdade maior diante das pressões que de muitos lados a constroem.

As autoridades públicas, no Brasil, bem como no exterior, estão tomando consciência do recurso social representado pela família, especialmente para socializar seus membros jovens, cuidando das etapas iniciais do desenvolvimento e dos estágios primários da educação. Por isso, crescem as políticas públicas que procuram fortalecer as famílias, de forma tal que sofram menos os condicionamentos de circunstâncias adversas e tenham mais condições de desempenhar funções educativas e de amparo (Donati, 2003).

No contexto do pluralismo religioso, ético e cultural, todas as formas de vivência da intimidade e de arranjos familiares têm direito de cidadania. Muito provavelmente não mais haverá um modelo de família predominante, universalmente aceito, ao qual se reconheça um significado normativo. O processo de fragmentação da cultura moderna possivelmente continuará a multiplicar novas possibilidades e opções inéditas.

Somente a experiência poderá mostrar, no tempo, quais opções se revelam mais favoráveis para a construção de uma vida familiar e social mais correspondente às exigências humanas ou se todas terão cumprido a única finalidade de satisfazer o ímpeto de liberdade individual, independentemente das concretas realizações a que dão vida.

5. REFERÊNCIAS

Arendt, H. (1989). *Origens do totalitarismo*. (R. Raposo, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1951).

Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. (J.R. Siqueira, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1963).

Arendt, H. (2003). *Archivio 2, 1950-1954*. (P. Costa, Trad.; J. Kohn, Introd.; S. Forti, Curat.). Milano: Feltrinelli. (Original publicado em 1982).

Azevedo, E. (2000). *Aborto*. Em V. Garraffa; S. Costa; F. Ibiapina (Org.s). *A bioética no século XXI*. (pp. 85-100). Brasília: UnB.

Berman, M. (1988). *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. (C.F. Moisés; A.M.L. Ioriatti, Trad.s) São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1982).

Berquó, E. (1998). *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*. Em L.M. Schawrcz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 4. (pp. 411-438). São Paulo: Companhia das Letras.

Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. (C.A. Medeiros, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 2000).

Bosi, E. (1977). *Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias*. Petrópolis: Vozes.

Campanini, G. (1989). *Realtà e problemi della famiglia contemporanea: compendio di sociologia della famiglia*. Milano: Ed. San Paolo.

Castells, M. (2003). *Il potere delle identità*. (G. Pannofino, Trad.). Milano: Università Bocconi Editore. (Original publicado em 1997).